

CADERNO DE ENCARGOS¹

ÍNDICE

1ª.	Objeto.....	3
2ª.	Prazo do contrato	3
3ª.	Obrigações principais do adjudicatário	3
4ª.	Local e condições de entrega dos bens.....	5
5ª.	Preço contratual	5
5ª.	Revisão de Preços	6
6ª.	Condições de pagamento.....	6
7ª.	Verificação qualitativa.....	7
8ª.	Proteção de dados pessoais.....	7
9ª.	Penalidades contratuais	9
10ª.	Dever de sigilo.....	10
11ª.	Força maior	10
12ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante.....	11
13ª.	Resolução por parte do adjudicatário	11
14ª.	Foro competente	11
15ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual.....	11
16ª.	Comunicações e notificações	12
17ª.	Termos de desempenho ambientais.....	12
18ª.	Execução do contrato	13
19ª.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato.....	13
20ª.	Legislação aplicável.....	13
	ANEXO A – Mapa de Especificações e Quantidades Estimadas para o Lote 1	14

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

ANEXO B – Mapa de Especificações e Quantidades Estimadas para o Lote 221

Cláusulas

1ª. Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre, em regime de fornecimento contínuo.**
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, melhor identificados no presente caderno de encargos:
 - a. **Lote 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre;**
 - b. **Lote 2 - Material vegetal anual, herbáceo e arbustivo específico.**

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor **até 28/10/2025** ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato não pode iniciar a sua vigência e produzir quaisquer efeitos antes da data prevista para o término do contrato atualmente em vigor com a referência CPI/18/2021/DMC-2, exceto se o valor remanescente do referido contrato não for suficiente para qualquer dos artigos a adquirir, caso em que cessará a sua vigência.
4. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
5. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
6. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

3ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações constantes dos **Anexos A e B** ao presente caderno de encargos;
 - b. Obrigação de continuidade de fabrico e/ou de fornecimento;

- c. Proceder à **substituição dos bens no prazo de 10 dias** caso seja detetada qualquer falta de conformidade, a comunicar ao fornecedor, até 24 horas após a sua entrega;
 - d. Obrigação de entrega de **passaporte fitossanitário de origem e certificado varietal** de todas as espécies de plantas no momento de entrega das mesmas.
2. Sempre que se verifique necessário, por razões de interesse público, substituir um determinado artigo incluído na lista de artigos adjudicada, quer por força de novas imposições legais, quer por descontinuidade na produção de um determinado artigo, quer ainda se verifique incluir nessa lista outros artigos que inicialmente não era possível prever como necessários, o adjudicatário obriga-se a cumprir com os fornecimentos daí decorrentes.
3. A entidade adjudicante só procederá à substituição ou à inclusão de novos artigos, prevista no número anterior, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a. Não seja ultrapassado o preço contratual;
 - b. O somatório dos preços unitários dos artigos a substituir ou a incluir não ultrapasse 5% do somatório dos preços unitários inicialmente contratualizados nem o valor que resultar da multiplicação dos preços unitários pelas respetivas quantidades ultrapasse os 5.000,00€.
 - c. A substituição ou a inclusão de novos artigos não se traduza numa alteração das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato;
 - d. Obtidas pelo menos três cotações de preço na sequência de consulta a efetuar aos restantes concorrentes do procedimento de formação do contrato, ou, caso os mesmos sejam em número inferior a três, a outros operadores económicos, e se verifique que os preços unitários apresentados pelo adjudicatário são os mais baixos.
4. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
5. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
6. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à entrega dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
7. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

4ª. Local e condições de entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues durante o horário de funcionamento da entidade adjudicante, em dias úteis, no horário compreendido entre as 08:30 horas e as 12:00, e entre as 13:00 e as 15:30 horas, **no prazo máximo de 30 dias seguidos após a emissão das respetivas notas de encomenda.**
2. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
3. A entregas dos bens objeto do contrato devem ser efetuadas na(s) morada(s) indicada(s) em cada nota de encomenda, nos seguintes locais, ou noutros que venham a ser acordados em sede de execução do contrato, localizados no Município do Porto:
 - a. Nas instalações afetas ao Viveiro Municipal do Porto, sitas na Rua das Areias, 4300-036 Porto;
 - b. No parque da Cidade sito na Estrada Interior da Circunvalação, nº 15443, 4100-183 Porto;
4. Os bens serão adquiridos de acordo com as necessidades que venham a ser identificadas pela entidade adjudicante, ao longo do período de vigência do contrato, estimando-se as quantidades insertas nos Anexos A e B do presente caderno de encargos.
5. A entidade adjudicante não se obriga a consumir a quantidade total estimada dos bens, não assistindo ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelas quantidades não consumidas.
6. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
7. Sempre que solicitado, o adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens em língua portuguesa.
8. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

5ª. Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários, por lote, constantes da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato **não pode, em qualquer caso, ser superior aos seguintes valores máximos para cada um dos lotes, que constituem o preço contratual**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA), em que se fixam nos anexos A e B os preços unitários de referência.²

² Significa que os preços unitários não são preços unitários mínimos nem máximos. No entanto, em caso algum o resultado da multiplicação dos preços unitários propostos pelas quantidades estimadas poderá ser superior aos preços base fixado no n.º2 da Cláusula 5.ª do presente caderno de encargos sob pena de exclusão da proposta.

a. Lote 1 – 52 450,00 €;

b. Lote 2 – 6.561,00 €.

3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

5ª. Revisão de Preços

1. No fim de cada ano de vigência do contrato poderá haver lugar à revisão de preços, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação³, publicado⁴ à data término de cada ano de vigência.
2. A revisão de preços fica, porém, condicionada à comunicação escrita do adjudicatário à entidade adjudicante, com uma antecedência mínima de 30 dias do termo de cada ano de vigência do contrato, entrando em vigor, se aceite pela entidade adjudicante, no primeiro mês de cada ano de vigência.
3. Caso a sobredita comunicação não seja efetuada com a antecedência prevista no número anterior, a mesma revisão, se aceite, entra em vigor no mês seguinte a contar da data da receção da referida comunicação pela entidade adjudicante.
4. Em tudo quanto for omissa no presente caderno de encargos relativamente ao direito à revisão de preços observar-se-á o disposto no regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços, aprovado pelo Decreto-lei n.º6/2004, de 6 de janeiro, na redação atual⁵.

6ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA⁶ e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após o fornecimento dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA⁷, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de**

³ Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média dos últimos 12 meses - Base 2012 - %) por Localização geográfica e Agregados especiais; Mensal.

⁴ In Portal do INE.

⁵ Alterado pelo Decreto-Lei n.º73/2021 de 18 de agosto.

⁶ Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

⁷ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Infraestruturas, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: apoio@ilink.pt.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 3, as faturas são pagas através de transferência bancária.

7ª. Verificação qualitativa

1. A entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, poderá, sempre que o entender necessário, mandar proceder a verificação qualitativa dos bens entregues.
2. A verificação qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre uma amostra do material entregue, sendo efetuada através de ensaios de controlo de qualidade, necessários para comprovar a conformidade dos materiais com as características, especificações e requisitos técnicos definidos.
3. Quando o adjudicatário não disponha de meios próprios para a realização dos ensaios de controlo de qualidade dos materiais ou quando a entidade adjudicante duvide da qualidade do controlo laboratorial efetuado sob responsabilidade daquele, recorrer-se-á a um laboratório oficial.
4. Os encargos com a realização dos ensaios de controlo de qualidade dos materiais, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.
5. No caso da verificação qualitativa não comprovar a total conformidade dos bens entregues com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, deve disso informar por escrito ao adjudicatário.
6. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, à substituição dos bens.
7. Após a substituição dos bens pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante deve mandar proceder à realização de novos ensaios de controlo de qualidade dos bens, nos termos dos n.ºs 2, 3 e 4.

8ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no

contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

- b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
 - d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
 - f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da

mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.

4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

9ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento dos prazos de entrega constantes do presente caderno de encargos, até 0,12% do preço contratual do lote onde se verifique o incumprimento, por cada dia de atraso;
 - b. Pelo cumprimento defeituoso do bem objeto do presente contrato, até 10% do preço contratual do lote onde se verifique o incumprimento;
 - c. Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 10% do preço contratual do lote onde se verifique o incumprimento;
 - d. Pelo incumprimento definitivo da entrega parcial dos bens objeto do contrato, até 10% do preço contratual do lote onde se verifique o incumprimento;
 - e. Pelo incumprimento das obrigações constantes da cláusula 16ª, até 10% do preço contratual, por cada incumprimento;
 - f. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço contratual do lote onde se verifique o incumprimento;
 - g. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 10% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega se tenha verificado.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea g) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

10ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

11ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

12ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

13ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

14ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

15ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2. A Subcontratação por parte do Adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.
3. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.
4. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:
 - a. Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
 - b. Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
 - c. Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
5. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
6. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
7. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.
9. Nos termos do n.º 1, in fine, do artigo 318.º-A do CCP, em caso do incumprimento, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento.

16ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte através dos endereços eletrónicos constantes do contrato, apenas se considerando a mesma válida e eficaz após essa comunicação.

17ª. Termos de desempenho ambientais

1. O adjudicatário deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. O adjudicatário deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

18ª. Execução do contrato

O fornecimento dos bens será executado mediante requisição da entidade adjudicante.

19ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega:
 - a. A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada;
 - b. A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 3ª e 4ª, e com os Anexos A e B do presente caderno de encargos.

20ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

ANEXO A – Mapa de Especificações e Quantidades Estimadas para o Lote 1

- Os preços unitários de referência constantes das seguintes listas de artigos, não são preços unitários mínimos nem máximos. No entanto, em caso algum o resultado da multiplicação dos preços unitários propostos pelas quantidades estimadas pode ser superior ao preço base fixado para o lote 1, que corresponde a **52.450,00€**.
- As dimensões apresentadas correspondem ao volume de referência dos vasos, em litros, com uma **variação aceitável de mais ou menos 1L**, sem prejuízo do disposto no ponto seguinte.
- O volume mínimo admissível dos vasos é de 0,5L.**
- Todos os intervalos mencionados no presente Anexo **incluem os próprios valores**.

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre				
ARBUSTOS				
Espécie	Dimensões vaso ⁸	Dimensões planta ⁹	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Abelia x grandiflora</i>	V2,5L	0,25-0,50m	50	3,80 €
<i>Abelia x grandiflora</i>	V5L	0,50-0,75m	50	5,20 €
<i>Abelia x grandiflora 'Prostrata'</i>	V2L	0,25-0,40m	50	3,60 €
<i>Achillea millefolium</i>	V1,5L	0,25-0,5m	50	2,40 €
<i>Allium giganteum 'Globmaster'</i>	V1,5L	0,25-0,5m	50	3,20 €
<i>Arbutus unedo</i>	V3L	0,25-0,50m	50	4,20 €
<i>Arbutus unedo</i>	V10L	1 - 1,5m	50	18,50 €
<i>Arbutus x andrachnoides</i>	V10L	1 - 1,5m	50	18,50 €
<i>Camelia japonica</i>	V3L	0,25-0,45m	50	5,00 €
<i>Camelia japonica</i>	V5L	0,50-0,80m	50	9,20 €
<i>Camelia japonica</i>	V10L	1-1,50m	50	25,00 €
<i>Camelia sassanqua</i>	V3L	0,30-0,50m	50	5,00 €
<i>Camelia sassanqua</i>	V5L	0,50-0,80m	50	9,20 €
<i>Carissa macrocarpa</i>	V1,5L	0,10-0,25m	50	2,80 €
<i>Carpenteria californica</i>	V3L	0,30-0,50m	50	6,20 €
<i>Ceanothus americanus</i>	V3L	0,20-0,50m	50	4,20 €
<i>Ceanothus incanus</i>	V3L	0,20-0,50m	50	4,20 €
<i>Chaenomeles speciosa "Nivalis"</i>	V3L	0,30-0,60m	50	4,20 €
<i>Choisya ternata</i>	V5L	0,6-1,20m	50	6,20 €
<i>Cistus ladanifer</i>	V3L	0,4-0,8m	50	3,80 €
<i>Cistus salviifolius</i>	V3L	0,4-0,8m	50	3,80 €
<i>Cornus alba 'Sibiricea'</i>	V1,5L	0,3-0,4m	50	2,80 €
<i>Cornus sanguinea 'Midwinter Fire'</i>	V3L	0,4-0,6m	50	4,20 €

⁸ As dimensões apresentadas correspondem ao volume admissível dos vasos, em litros, com uma variação aceitável de mais ou menos 1L.

⁹ As dimensões apresentadas correspondem ao intervalo admissível de altura das espécies, em metros.

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

ARBUSTOS

Espécie	Dimensões vaso ⁸	Dimensões planta ⁹	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Corokia cotoneaster</i>	V1,5L	0,25-0,5m	50	3,20 €
<i>Corylus avellana</i> 'Contorta'	V5L	1-1,5m	50	46,00 €
<i>Corylus avellana</i>	V5L	1-1,5m	50	22,50 €
<i>Crataegus macrosperma</i>	V5L	0,8-1m	50	6,80 €
<i>Crataegus monogyna</i>	V5L	0,8-1m	50	6,80 €
<i>Crataegus oxyacantha</i>	V5L	0,8-1m	50	6,80 €
<i>Daphne</i> × <i>transatlantica</i> Eternal Fragrance ('Blafra')	V1,5L	0,2-0,4m	50	4,40 €
<i>Daphne odora</i>	V3L	0,3-0,6m	50	6,20 €
<i>Daphne retusa</i>	V3L	0,3-0,6m	50	6,20 €
<i>Deutzia gracilis</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Deutzia monbeigii</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Deutzia scabra</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Dodonaea viscosa</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,20 €
<i>Erica arborea</i>	V5L	0,6-1,2m	50	7,20 €
<i>Escallonia rubra</i>	V3L	0,4-0,8m	50	3,80 €
<i>Escallonia virgata</i>	V3L	0,4-0,8m	50	3,80 €
<i>Strelitzia reginae</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	8,50 €
<i>Eucryphia milliganii</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,20 €
<i>Euonymus europaeus</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,20 €
<i>Euonymus japonicus</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	3,20 €
<i>Exochorda</i> × <i>macrantha</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,20 €
<i>Frangula alnus</i>	V5L	0,4 - 0,8m	50	5,20 €
<i>Forsythia</i> × <i>intermedia</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,20 €
<i>Gardenia jasminoides</i>	V3L	0,25-0,5m	50	4,20 €
<i>Grevillea rosmarinifolia</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Gunnera manicata</i>	V3L	0,6-0,8m	50	12,50 €
<i>Hakonechloa macra</i> 'Aureola'	V3L	0,3-0,6m	50	6,20 €
<i>Hamamelis mollis</i>	V5L	0,8-1m	50	6,80 €
<i>Hebe brachysiphon</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Hibiscus syriacus</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,80 €
<i>Hydrangea macrophylla</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Ilex aquifolium</i>	V10L	0,8-1m	50	18,50 €
<i>Ilex aquifolium</i>	V3L	0,2-0,5m	50	4,20 €
<i>Ilex verticillata</i>	V3L	0,2-0,5m	50	4,20 €
<i>Juniperus squamata</i> 'Blue Star'	V1,5L	0,4-0,5m	50	4,20 €
<i>Juniperus communis</i> 'Repanda'	V5L	0,4 - 0,6m	50	7,20 €
<i>Juniperus sabina</i> 'Tamariscifolia'	V2,5L	0,3 - 0,5m	50	3,80 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

ARBUSTOS

Espécie	Dimensões vaso ⁸	Dimensões planta ⁹	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Kalmia latifolia</i>	V3L	0,3-0,4m	50	4,80 €
<i>Laurus nobilis</i>	V5L	0,8-1m	50	6,80 €
<i>Leptospermum polygalifolium</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Leptospermum scoparium</i> 'white'	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Leptospermum rupestre</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Liatris spicata</i> 'Kobold'	V1,5L	0,2-0,5m	50	4,20 €
<i>Libertia grandiflora</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	4,80 €
<i>Malus sargentii</i>	V3L	0,3-0,6m	50	6,20 €
<i>Myrtus communis</i>	V5L	0,6-0,8m	50	8,20 €
<i>Myrtus communis</i> subsp. <i>Tarentina</i>	V5L	0,6-0,8m	50	8,20 €
<i>Nerium oleander</i>	V5L	0,8-1,2m	50	6,80 €
<i>Olearia nummularifolia</i>	V3L	0,3-0,6m	50	8,60 €
<i>Philadelphus</i> "beauclerk"	V3L	0,2-0,5m	50	3,80 €
<i>Philadelphus belle etoile</i>	V3L	0,2-0,5m	50	3,80 €
<i>Philadelphus dame blanche</i>	V3L	0,2-0,5m	50	3,80 €
<i>Philadelphus virginialis</i>	V3L	0,2-0,5m	50	3,80 €
<i>Photinia glabra</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,60 €
<i>Photinia serratifolia</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,60 €
<i>Photinia serrulata</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,60 €
<i>Pinus mugo mughus</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	4,80 €
<i>Prunus glandulosa</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,80 €
<i>Prunus laurocerasus</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Prunus lusitanica</i>	V5L	0,8-1,2m	50	7,20 €
<i>Prunus lusitanica</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Prunus tomentosa</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Raphiolepis umbellata</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Rhododendron indica</i> 'Blaauw's Pink' (Kurume), Azálea	V5L	0,4-0,6m	50	8,10 €
<i>Rhododendron indica</i> 'Mother's Day' (Kurume), Azálea	V5L	0,4-0,6m	50	8,10 €
<i>Rhododendron indica</i> 'Pleasant White', Azálea	V5L	0,4-0,6m	50	8,10 €
<i>Rhododendron indicum</i>	V5L	0,5-0,8m	50	7,20 €
<i>Rhododendron japonicum</i>	V5L	0,5-0,8m	50	7,20 €
<i>Rhododendron ponticum</i>	V5L	0,5-0,8m	50	7,20 €
<i>Salix hastata</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Salix purpurea</i> 'nana'	V3L	0,5-0,6m	50	4,20 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

ARBUSTOS

Espécie	Dimensões vaso ⁸	Dimensões planta ⁹	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Sambucus canadensis</i>	V5L	0,5-0,8m	50	5,20 €
<i>Skimmia japonica</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,80 €
<i>Spiraea arguta</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Spiraea nipponica</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Spiraea trilobata</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Syringa 'Red Pixie'</i>	V3L	0,4-0,6m	50	6,20 €
<i>Syringa meyeri 'Paladin'</i>	V3L	0,4-0,6m	50	6,20 €
<i>Teucrium fruticans</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,80 €
<i>Viburnum davidii</i>	V3L	0,2-0,6m	50	4,80 €
<i>Viburnum opulus</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,80 €
<i>Viburnum tinus</i>	V5L	0,6-1,2m	50	5,20 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

SUB-ARBUSTIVAS, HERBÁCEAS E TREPADERAS

Espécie	Dimensões vaso	Dimensões planta	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Acanthus mollis</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	3,20 €
<i>Ajuga reptans</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	1,80 €
<i>Armeria maritima</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	1,80 €
<i>Berberis thunbergii</i>	V3L	0,2 - 0,5m	50	3,80 €
<i>Bougainvillea glabra</i>	V3L	0,4-0,6m	50	6,70 €
<i>Bougainvillea glabra</i>	V1,5L	Comp. 0,3-0,6m ¹⁰	25	4,40 €
<i>Catharanthus roseus</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	3,20 €
<i>Ceanothus americanus</i>	V1,5L	0,2 -0,5m	50	3,60 €
<i>Ceanothus incanus</i>	V1,5L	0,2 -0,5m	50	3,60 €
<i>Ceanothus thyrsiflorus var. repens</i>	V1,5L	0,2-0,40m	50	3,60 €
<i>Clematis montana</i>	V1,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	4,80 €
<i>Clematis 'Wedding Day'</i>	V1,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	4,80 €
<i>Clorophytum comosum</i>	V3L	0,3-0,6m	50	3,60 €
<i>Cotoneaster dammeri 'coral beauty', Cotoneaster</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	1,80 €

¹⁰ No caso das trepadeiras, as dimensões são apresentadas em intervalos de comprimento admissível.

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

SUB-ARBUSTIVAS, HERBÁCEAS E TREPADIERS

Espécie	Dimensões vaso	Dimensões planta	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Cotoneaster horizontalis</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	1,80 €
<i>Cotoneaster salicifolius repens</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Cuphea hyssopifolia</i>	V5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Cuphea repens</i>	V3L	0,2-0,5m	50	3,80 €
<i>Cymbopogon citratus</i>	V3L	0,3-0,5m	50	3,30 €
<i>Deschampsia cespitosa</i>	V2L	0,3-0,5m	50	3,30 €
<i>Echinacea 'Irresistible'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Echinacea purpurea 'White Swan'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Echinacea 'Sundown'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Echinops ritro 'Veitchia Blue'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Erica australis</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Erica carnea f. alba 'Whitehall'</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Erica carnea 'Myretoun Ruby'</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Erica cinerea</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Erica scoparia</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Erica umbellata</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Festuca glauca 'Elijah Blue'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Festuca ovina 'Glaucous'</i>	V1L	0,2-0,4m	50	1,40 €
<i>Ficus pumila repens</i>	V2L	0,6-0,8m	50	6,60 €
<i>Gaultheria x wisleyensis</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Gaura lindheimeri 'whirling butterflies'</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Gypsophila paniculata</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Gypsophila Repens 'rosenschleier'</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Hedera helix</i>	V1L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Hosta fortunei</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	4,20 €
<i>Iris germanica</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Jasminum grandiflorum</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Jasminum officinale</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Jasminum polyanthum</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Lablab purpureus</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Lantana montevidensis</i>	V3L	0,3-0,5m	50	3,30 €
<i>Lantana camara</i>	V3L	0,3-0,5m	50	3,30 €
<i>Lavandula angustifolia 'Hidcote'</i>	V2L	0,4 - 0,6m	50	3,40 €
<i>Lavandula dentata 'SuperFrench'</i>	V2L	0,4 - 0,6m	50	3,40 €
<i>Lavandula stoechas</i>	V2L	0,4 - 0,6m	50	3,40 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

SUB-ARBUSTIVAS, HERBÁCEAS E TREPADERAS

Espécie	Dimensões vaso	Dimensões planta	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Ligularia stenocephala</i> 'The Rocket'	V1,5L	0,2-0,4m	50	6,20 €
<i>Lonicera etrusca</i>	V1,5L	0,25-0,5m	50	1,80 €
<i>Lonicera japonica</i>	V1,5L	0,25-0,5m	50	1,80 €
<i>Lonicera periclymenum</i>	V1,5L	0,3-0,5m	50	1,80 €
<i>Luzula nivea</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Mandevilla x amabilis</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Miscanthus sinensis</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	3,80 €
<i>Miscanthus sinensis</i> 'Gracillimus'	V1,5L	0,2-0,4m	50	3,20 €
<i>Molinia arundinacea</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Molinia caerulea</i> subsp. <i>caerulea</i> 'Poul Petersen'	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Nepeta racemosa</i> 'Walker's Low'	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Ophiopogon japonicus</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	1,80 €
<i>Osteospermum ecklonis</i>	V3L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Pachysandra terminalis</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Parthenocissus tricuspidata</i>	V1,5L	0,6-0,8m	50	4,40 €
<i>Parthenocissus quinquefolia</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	3,60 €
<i>Pennisetum alopecuroides</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	2,20 €
<i>Pennisetum alopecuroides</i> 'Hameln'	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Perovskia atriplicifolia</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Perovskia</i> 'Blue Spire'	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Pittosporum tobira</i>	V3L	0,5-0,8m	50	5,50 €
<i>Pittosporum tobira</i> 'nana'	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,60 €
<i>Polygonum capitatum</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Potentilla fruticosa</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Potentilla montana</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Rhamnus alaternus</i>	V3L	0,3-0,6m	50	4,60 €
<i>Rosa</i> "The Fairy"	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Rosa canina</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Rosa</i> 'Wedding Day'	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Rosmarinus officinalis</i> 'Prostratus'	V1,5L	0,2 - 0,3m	50	1,80 €
<i>Rosmarinus officinalis</i>	V3L	0,4-0,8m	50	4,40 €
<i>Rhus aromatica</i>	V3L	0,3-0,6	50	3,30 €
<i>Rubus benenden</i>	V3L	0,3-0,6	50	3,30 €
<i>Salvia leucantha</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Santolina chamaecyparissus</i>	V1,5L	0,3-0,5m	50	1,80 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

SUB-ARBUSTIVAS, HERBÁCEAS E TREPADIERS

Espécie	Dimensões vaso	Dimensões planta	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Senecio cineraria 'Silver Dust'</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	3,30 €
<i>Stipa gigantea</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Stipa tenuissima</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Thymus praecox</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Thymus vulgaris</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Vinca minor alba</i>	V10cm	Comp. 0,2-0,4m	25	1,40 €
<i>Vinca minor</i>	V10cm	Comp. 0,2-0,4m	25	1,00 €
<i>Wisteria floribunda alba</i>	V2,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	8,00 €
<i>Wisteria frutescens</i>	V2,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	8,00 €
<i>Wisteria sinensis</i>	V2,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	8,00 €
<i>Wisteria sinensis alba</i>	V2,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	8,00 €
<i>Wisteria sinensis 'Jako'</i>	V2,5L	Comp. 0,3-0,6m	25	8,00 €

LOTE 1 – Material vegetal arbustivo, sub-arbustivo, herbáceo, trepadeiro, aquático e palustre

AQUÁTICAS E PALUSTRES

Espécie	Dimensões vaso	Dimensões planta	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Acorus calamus</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Acorus Gramineus</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	4,40 €
<i>Cyperus papyrus</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	8,50 €
<i>Equisetum hyemale</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	2,80 €
<i>Hypericum androsaemum</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	2,20 €
<i>Iris pseudacorus</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	2,40 €
<i>Juncus effusus</i>	V1,5L	0,3-0,6m	50	2,20 €
<i>Nymphaea alba</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	14,50 €
<i>Nymphaea tetragona</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	14,50 €
<i>Nymphaea virginia</i>	V1,5L	0,2-0,4m	50	14,50 €
<i>Osmunda regalis</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	6,25 €
<i>Polisticum setiferum</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	6,25 €
<i>Ranunculus aquatilis</i>	V1,5L	0,2-0,5m	50	8,50 €
<i>Typha latifolia</i>	V1,5L	0,4-0,6m	50	2,40 €

ANEXO B – Mapa de Especificações e Quantidades Estimadas para o Lote 2

1. Os preços unitários de referência constantes da seguinte lista de artigos, não são preços unitários mínimos nem máximos. No entanto, em caso algum o resultado da multiplicação dos preços unitários propostos pelas quantidades estimadas pode ser superior ao preço base fixado para o lote 2, que corresponde a **6.561,00€**.
2. As dimensões apresentadas correspondem ao volume de referência dos vasos, em litros, com uma **variação aceitável de mais ou menos 1L**, sem prejuízo do disposto no ponto seguinte.
3. **O volume mínimo admissível dos vasos é de 0,5L.**

LOTE 2 – Material vegetal anual, herbáceo e arbustivo específico			
Espécie	Dimensões	Quantidades estimadas	Preço unitário de referência
<i>Anthemis maritima</i>	V0,5L	100	2,68 €
<i>Arctotis stoechadifolia</i>	V2L	100	4,78 €
<i>Coprosma tricolor</i>	V2L	100	5,40 €
<i>Fuchsia magellanica</i>	V1,5L	100	3,89 €
<i>Griselinea littoralis</i>	V2L	100	7,65 €
<i>Lotus berthelotii</i>	V1,5L	100	3,47 €
<i>Petunia surfinia</i>	V1L	100	2,14 €
<i>Myscanthus sinensis Zebrinus</i>	V7L	200	17,80 €